

Clássico **METODOLOGIA DE PESQUISA** | Flávio Villaça

Professor Doutor | Universidade de São Paulo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
R. do Lago, 876, 05508-080, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil  
*flavila@uol.com.br*

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste texto é auxiliar os alunos da pós-graduação a escolherem o tema, realizarem suas pesquisas e redigirem suas dissertações de mestrado.

### **A DISSERTAÇÃO**

Uma dissertação não envolve uma explicação, uma descoberta ou uma demonstração, mas uma descrição. Uma tese, ao contrário, deve envolver sempre uma descoberta ou uma demonstração.

Uma dissertação não deve ter por objetivo uma proposta ou projeto, mas sim a ampliação de conhecimento. Ela pode até ter uma proposta ou projeto, desde que isso seja usado (e isso deve ficar claro na dissertação) como meio para a produção do conhecimento. Serão, portanto, nesse caso, indispensáveis a reflexão e a crítica do e sobre o projeto ou proposta. Esses são típicos (mas não exclusivos) dos cursos de graduação, ao passo que a produção de conhecimento é típica (mas não exclusiva) dos cursos de pós-graduação. Uma dissertação pode incluir um projeto, mas ela nunca poderá se limitar a ele e prescindir da reflexão e da crítica escritas. Portanto, a proposta ou o projeto, por melhores que sejam, podem se enfraquecer se a reflexão e a crítica (especialmente a reflexão e a crítica que levaram ao projeto ou proposta) forem fracas. Isso revelaria que o aluno não precisaria fazer curso de pós-graduação. Assim, numa escola de música ou de educação física, uma dissertação não pode se limitar a uma bela sonata ou a um recorde de natação, mas sim à reflexão sobre

a sonata e sobre a natação. Quando o aluno se propõe a estudar alternativas para a gestão do transporte público em Campinas, esse tema dá a entender que a dissertação culminará com uma proposta (ou alternativas de propostas) para a gestão do transporte público. O mérito da dissertação deverá basear-se mais na investigação que conduziu à proposta e na defesa e justificativa da proposta do que na proposta em si. A boa defesa e a boa justificativa dificilmente conduzem a uma má proposta. Por outro lado, pode ocorrer que o aluno tenha uma boa proposta, mas não seja bem-sucedido em defendê-la e justificá-la. Nesse caso, a dissertação será insatisfatória. Isso nada tem a ver com o mérito social da proposta <sup>1</sup>.

Uma dissertação sobre um objeto de estudo envolve uma descrição a mais completa e rigorosa possível desse objeto e a investigação dos aspectos teóricos necessários para a sua explicação e compreensão. Uma descrição realmente completa — que ultrapasse a aparência do processo — seria já uma explicação, portanto, uma tese. Assim, a linha divisória entre uma descrição (dissertação) e uma compreensão ou explicação (tese) não é nítida. Numa dissertação, o pesquisador deve partir da descrição e caminhar em direção à explicação ou demonstração, sem necessariamente chegar a essas.

## O OBJETO DE ESTUDO E SUA CARACTERIZAÇÃO

Um objeto de estudo não é uma coisa, mas um processo (movimento). Há objetos nos quais o processo é mais fácil de ser reconhecido, noutros é mais difícil. Ele é mais importante ou menos importante para se compreender o objeto ou a faceta do real que queremos conhecer. A Terra, por exemplo, está em contínua transformação e faz parte de um processo que se mede em milênios ou mesmo anos-luz. O processo de constituição da Terra (de conhecimento da terra) varia de um astrônomo para um geólogo, para um agrônomo.

O real não é constituído por coisas. Nossa experiência direta e imediata da realidade nos leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas naturais ou humanas) isto é, objetos físicos, psíquicos, culturais, oferecidos à nossa percepção e às nossas vivências (Chauí, 1981, p.16).

O objeto que percebemos com nossos sentidos chama-se fenômeno, que vem do grego *phainomenos* que significa “o que aparece”. (Dicionário de Filosofia, 1984, p.165), é a aparência. Para se conhecer o real deve-se sempre partir do fenômeno, pois esse, como disse Marx, revela e esconde o real. “Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente” (*apud* Kosik, 1976, p.13). Se a realidade se manifestasse claramente aos nossos sentidos e à nossa observação, não haveria necessidade da ciência. A investigação científica deve sempre partir do objeto de estudo, tal como ele se manifesta aos nossos sentidos, e a partir daí, com a ajuda da ciência, reconstituir seu processo de constituição, para então chegar-se ao real e concreto. “O fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no

fenômeno, mas só de modo inadequado e parcial e apenas sob certos ângulos e aspectos” (Kosik, 1976, p.11). Ou, como diz Chauí (1981, p.48), “Trata-se sempre de começar pelo *aparecer* social e chegar, pelas mediações reais, ao *ser* social. Trata-se de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens”. Ou ainda, o conhecimento da realidade exige que diferenciemos o modo como uma realidade *aparece* e o modo como *é* concretamente *produzida* (Chauí, 1981, p. 41). O Sol parece girar em torno da Terra, nascendo a leste, percorrendo a esfera celeste e se pondo a oeste. É assim que o movimento do Sol aparece à nossa observação (fenômeno). Entretanto, a investigação científica revela que na verdade é a Terra que gira em torno do Sol. A ciência deve não só mostrar o movimento real do Sol, mas também revelar por que e como esse movimento aparece de forma diferente à nossa observação.

Kosik (1976, p.24) dá o seguinte exemplo: “[...] o ruído que ouço, não o percebo como ondas de uma certa frequência, mas sim como o ruído de um aparelho que se afasta ou se aproxima, e apenas por esse ruído posso distinguir se trata de um helicóptero, de um avião a jato [...]”. Ou, segundo Chauí (1981, p.48), “Trata-se sempre de começar pelo *aparecer* social e chegar, pelas mediações reais, ao *ser* social. Trata-se também, de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens”.

Todo objeto de estudo deve ter uma delimitação clara no tempo e no espaço: o tempo e o espaço não precisam necessariamente constar do título da dissertação, mas certamente deverão ficar explícitos no Plano de Pesquisa e na dissertação. A seguir, eles serão incluídos no título da dissertação apenas para que os exemplos fiquem claros.

Vou estudar:

- As potencialidades turísticas atuais (tempo) de Itú (espaço).
- Democratização do acesso aos serviços públicos pela territorialização da informação, no Estado de São Paulo (espaço) nas últimas décadas (tempo). Ou “Democratização... na área metropolitana de Campinas, nas últimas décadas”.
- A transformações dos espaços públicos no município de Campinas (espaço) nos últimos cem anos (tempo).
- O papel dos rios e suas margens e suas gestões nas grandes cidades do Brasil nas últimas décadas.
- Instrumentos urbanísticos que facilitam o acesso à habitação popular no Brasil (espaço) contemporâneo (tempo).
- A privatização dos serviços públicos no Brasil contemporâneo.
- Alternativas atuais (tempo) para a preservação da Serra do Japi (espaço).

Toda investigação deve partir de uma boa descrição de como o processo se manifesta à nossa observação.

O pesquisador não deve misturar os processos de interpretação e explicação com o processo de descrição. Primeiro deve haver uma exposição, depois uma reflexão sobre o que foi exposto.

Na descrição deve-se procurar observar todos os aspectos do objeto de estudo, mesmo que — como é quase sempre o caso — não se vá desenvolver todos eles. Aí é bom procurar:

- Aspectos sociais
- Aspectos econômicos
- Aspectos político/jurídico (o “famoso” *papel do estado*)
- Aspectos culturais/ideológicos

Se, desde o início, na delimitação do objeto de estudo, o pesquisador já sabe e já se propõe a estudar apenas um desses aspectos, a descrição, inicial e superficial de todos eles, ajuda a conhecer melhor o aspecto selecionado, e a justificar a sua escolha.

Depois de uma descrição, simples, leiga, uma descrição jornalística, sem *urbanês*, *economês* ou *sociologuês*, é a hora de historicizar o objeto de estudo. Chauí (1981, p.47) afirma que deve-se “entender o conceito de determinação não como sinônimo de conjunto de propriedades ou de características, mas como os resultados que constituem uma realidade no processo pelo qual ela é produzida. Ou seja, enquanto o conceito de ‘propriedades’ ou de ‘características’ pressupõe o objeto como ‘dado’ e acabado o conceito de ‘determinação’ pressupõe uma realidade como um processo temporal”.

### **Exemplo: O plano diretor**

#### **Dado por um conjunto de propriedades ou características:**

- O plano diretor é um momento do processo de planejamento. Este é contínuo.
- O plano diretor deve basear-se num diagnóstico científico que revele os problemas urbanos, sua evolução e perspectivas de desenvolvimento futuro da cidade e sua região.
- O plano diretor deve abranger os aspectos sociais, econômicos, físico-territoriais e administrativos da cidade.
- Deve apresentar metas a curto, médio e longo prazos, nos aspectos supracitados.
- Deve ser elaborado com ampla participação popular.
- Deve ser aprovado por lei.

Vê-se pelo exemplo que, como diz Chauí, o conceito de plano diretor, dado por suas características, pressupõe o objeto (plano diretor) como dado e acabado.

#### **Dado por suas determinações**

Nesse caso, o plano diretor deve ser entendido como um momento de um processo constituído historicamente, ou seja, deve ser entendido através da investigação de suas determinações.

Uma tentativa nesse sentido está em Villaça (1999). Nessa obra de Villaça procura-se investigar o processo histórico de constituição do objeto “plano diretor”, particularmente com o objetivo de entender o real papel dos planos diretores na sociedade brasileira, tanto hoje como nos últimos cem anos. Não se partiu desse prazo, mas chegou-se a

ele, na procura das origens do plano diretor. Havia também, nessa investigação, o objetivo de responder à seguinte pergunta: como entender a sobrevivência dos planos diretores durante várias décadas, e a importância até hoje a eles atribuída pela sociedade brasileira, apesar de eles terem sido quase que totalmente inoperantes e inúteis? Nessa obra procura-se identificar o nascimento dos planos diretores e suas transformações através de suas determinações. Conclui-se que a sobrevivência dos planos diretores entre nós só pode ser entendida se estes forem compreendidos como ideologia.

## A HISTÓRIA

Para os estudiosos da urbanização e do planejamento urbano, interessa a realidade social, e a pergunta a ser respondida para se conhecer uma realidade social é: como se constitui uma realidade social? A realidade social é historicamente determinada.

O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica — isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos — processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Essa atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico (Kosik, 1976, p.45).

A habitação é uma realidade histórica, a devastação da Serra do Japi é uma realidade histórica. Os instrumentos urbanísticos são realidades históricas. O turismo em Itú e seus atrativos são realidades históricas. Isso significa que essas realidades foram historicamente constituídas e que para entendê-las é preciso reinseri-las no seu processo de constituição histórica. É preciso reconstruir o modo pelo qual esses processos foram historicamente constituídos.

Por isso a história deve ser feita sempre do presente para o passado, do particular para o geral. A história não deve ser nunca encarada como aquele primeiro capítulo chamado “Aspectos históricos” que começa com generalidade sobre a história econômica e político-social do Brasil, a partir de uma época arbitrariamente selecionada e nunca justificada e que, na verdade, não faz conexão com o objeto de estudo; é a história que seria a mesma, quer o objeto de estudo fosse o turismo em Itú, os transportes urbanos em São Paulo, a habitação no Rio de Janeiro ou os instrumentos urbanísticos no Brasil.

A história deve ser a história do objeto de estudo, partindo dele e elevando-se no tempo e no espaço até que se identifiquem (e se explique essa identificação) as origens do processo investigado. Não se parte da origem de um processo (como escolher o ponto de origem?), mas chega-se à origem e, daí, volta-se para o presente. Nesse percurso de volta ao presente, o objeto será reconstituído através da descoberta de suas determinações. O ponto de partida é sempre o objeto de estudo em suas delimitações espaciais e temporais, mesmo que se saiba que sua descrição inicial é equivocada, já que é distorcidamente apreendida pelo nosso conhecimento inicial, ou seja, é a aparência.

Da mesma forma a periodização. Datas ou épocas precisam ser justificadas, e os períodos devem referir-se à história do objeto de estudo e não à história do Brasil. Se vou periodizar a história da habitação, os períodos devem ser delimitados a partir de eventos importantes da história da habitação (o início dos cortiços ou favelas, o advento do BNH, a extinção do BNH etc.) e não a partir de eventos importantes da história do Brasil, como a Revolução de 30, a Era Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek etc.

A história se faz do presente para o passado e não ao contrário:

Como deve ser sempre estudada a história, parte-se do presente para o passado e não ao contrário. Parte-se planejamento urbano tal como tem sido apresentado pelo discurso dominante contemporâneo, sua concepção mais convencional, e procuram-se entender o seu processo de constituição, suas determinações. Não são aceitos sem crítica — embora se parta deles — os conceitos de plano diretor e planejamento urbano, tal como apresentados hoje pelo discurso convencional, ou seja, através de suas características ou propriedades (que veremos logo adiante). Estas são entendidas como a aparência a partir da qual se procura chegar aos planos e ao planejamento urbano como realidade concreta.

Para percorrer essa marcha-a-ré na história, procurou-se identificar os antecessores do “plano diretor” convencional atual, como que percorrendo um rio em direção a sua nascente. O fio condutor desse percurso foi constituído, de um lado, a idéia de “plano” e de outro, pelas de “global”, “geral”, “integral” ou de “conjunto”. Essas duas idéias foram identificadas como sendo não só fundamentais como também invariantes no discurso convencional, dando-lhe unidade. Por isso foram selecionadas como fio condutor do percurso histórico em direção ao passado. A partir da palavra “plano”, foi escolhida a expressão “planejamento urbano” para designar essa forma específica de ação — ou de discurso — do Estado sobre o espaço urbano, caracterizada por uma suposta visão geral ou de conjunto.

No percurso histórico de volta, a partir do ponto identificado como de origem de nossa história, foram detectadas diversas formas históricas de planejamento urbano, ou melhor, de tipos particulares de discurso e/ou ação do Estado sobre o espaço urbano, ora indicando um produto, ora um processo. No final do século passado e início deste, chamavam-se “plano de embelezamento urbano” ou de “melhoramento e embelezamento (atividade ou processo); nas primeiras décadas deste século, “urbanismo” (atividade) depois “plano diretor” e “planejamento urbano” *stricto sensu* (atividade), “plano local integrado” (produto) até que voltou-se novamente ao “plano diretor”, depois de efemeramente ter passado por “plano urbanístico básico”, no final da década de 60 e no início da de 70 no Rio de Janeiro e em São Paulo. (Villaça, 1999, p.181)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda dissertação deve partir de um Plano de Pesquisa meticulosamente elaborado.

O Plano de Pesquisa deve consistir, no mínimo, de:

### Descrição do objeto de estudo

O aluno deve escrever aqui tudo, absolutamente tudo o que ele sabe sobre o objeto escolhido, sem se preocupar em saber se está certo ou errado. Ele deve saber bastante, por que se não soubesse nada, não teria escolhido aquele objeto. A cabeça do aluno deve ser esvaziada de tudo o que ele sabe sobre o objeto escolhido. Trata-se de um trabalho eminentemente descritivo. É indispensável, como já dito, que o objeto seja claramente delimitado no tempo e no espaço.

Adicionalmente podem-se acrescentar considerações sobre a importância e significado do objeto.

### Objetivo

Um mesmo objeto pode ser estudado com objetivos diferentes. Nas teses, os objetivos podem variar bastante, mas nas dissertações dificilmente eles serão mais do que “dominar o conhecimento existente sobre o objeto”.

### Metodologia

Como vou desenvolver a pesquisa? A relação entre objetivo e metodologia deve ficar clara para o aluno. Deve ficar claro que uma determinada metodologia foi bolada porque ela conduz ao objetivo pretendido. Haverá pesquisas de campo? Como serão feitas? O que deverão revelar? Haverá amostragens? Como serão? Haverá entrevistas? Por quê? O que se espera das entrevistas? Como os resultados serão utilizados?

Com relação a entrevistas, deve ficar clara a distinção entre entrevista para colher conhecimento e entrevista para colher opinião pessoal do entrevistado. Nunca imaginar que o entrevistado sabe aquilo que depende de investigação científica (especialmente aquilo que o aluno vai investigar). Nesse caso, a entrevista substituiria a investigação científica. Nunca imaginar que o empreendedor imobiliário sabe como se constitui o preço da terra no bairro de Camburí. Ele pode até saber, se for um bom economista especializado em questões fundiárias. Mas, imagino, não é nessa condição que ele está sendo entrevistado, mas sim na de empresário imobiliário.

Saber como se constitui o preço da terra não é questão a ser respondida através de entrevista. É questão que o aluno deve estudar. Saber se os preços dos terrenos no bairro de Camburí aumentaram ou diminuíram nos últimos dez anos é questão a ser objeto de entrevista.

### Cronograma

## Bibliografia

Numa dissertação, esta é particularmente importante. A bibliografia apresenta a dificuldade adicional de ser pobre no Brasil, especialmente quando o aluno escolhe temas muito particulares e específicos. Que bibliografia pode haver sobre o turismo em Itú? Sobre a preservação da Serra do Japí? Sobre o espaço público em Campinas? O aluno deve estar preparado para ser um iniciador de um determinado ramo de investigação e essa não deve ater-se a um único caso: Itú, Campinas ou Serra do Japí.

Na medida em que o aluno pretende ir além da aparência imediata desses temas, ele terá que abordar generalizações maiores. No caso de Itú, deve entender o que é turismo, o que é marketing etc. Aí começa a surgir a bibliografia. Montado o quadro teórico, ele deverá ser capaz de inserir seu caso empírico particular e planejar sua pesquisa empírica de maneira que ela se apresente como um caso representativo de muitos outros análogos.

Uma dissertação que só sirva para Itú, Campinas ou para a Serra do Japí terá interesse limitadíssimo. A análise de casos particulares deve sempre possibilitar a compreensão do geral, pois o geral se manifesta nos particulares. Ela deve ser útil para diferentes casos de turismo e para diferentes casos de preservação ambiental.

Ou seja, deve ser generalizada, de maneira que os casos de Itú, Campinas ou Serra do Japí apareçam como manifestações de questões mais amplas.

## Periodização

Nenhuma periodização pode ser arbitrária. Em geral a periodização deve ser fundamentada e justificada.

Uma periodização é um corte no tempo. Esse corte tira, isola, um pedaço de um todo: a história. Esse pedaço deve ser um pedaço inteiro. Não se pode definir um período que seja constituído de um pedaço de um inteiro e outro pedaço de outro inteiro. Se vou estudar a influência do bonde na estruturação do espaço urbano de Campinas, não posso delimitar uma parte que inclua o final do período de impacto do bonde com outra parte que inclua já o início do impacto do ônibus. Teria aí um período heterogêneo, que não teria unidade.

Há casos em que a escolha do período é óbvia e não precisa justificativa. Ex. “A obra de Vauthier no Recife”. Como Vauthier trabalhou para o governo da Província de Pernambuco entre 1840 e 1846, a delimitação do período não necessita grandes explicações.

*Os prédios de escritório nas cidades de São Paulo e Buenos Aires entre 1980 e 1997*: essa periodização precisa ser justificada. Por que esse período e não outro qualquer. O que dá unidade a esse período? O que faz desse pedaço da história um período?

A periodização destaca um período da história do objeto de estudo. A periodização dos prédios de escritório é um pedaço da história dos prédios de escritório. A periodização dos transportes urbanos destaca um período da história dos transportes urbanos. A preservação da Serra do Japí ou as áreas de preservação ambiental em Campinas são trechos das respectivas histórias. Portanto, a periodização deve sempre referir-se e partir

da história do objeto de estudo e nunca da história social, econômica ou política do país, Estado ou região. Se vou estudar as políticas habitacionais nas últimas décadas no Brasil, escolherei 1964 porque foi o ano de fundação do BNH e não porque foi o ano do golpe militar que implantou a ditadura no país. Também não vou escolher a revolução de 30 e a ascensão de Vargas, pois tais fatos não marcam um período específico da história da habitação (embora a era Vargas tenha tido ação importante no campo da habitação).

A era Vargas teve atuação importante nos campos da habitação, dos transportes, da indústria de base, da previdência social etc. Isso significa que a periodização de todos esses aspectos deve começar na era Vargas?

A periodização não deve partir de cima para baixo, do geral para o particular, mas do particular para o geral. Não se deve partir de uma periodização, mas chegar-se a uma periodização, através da história específica do objeto de estudo e não através da história do Brasil.

#### NOTA

1. Através da Portaria 47, de 17/10/1995 da CAPES/MEC, foi criado o "Mestrado Profissional". Isso mostra que o mestrado tradicional não é profissionalizante, mas visa formar docentes e pesquisadores.

#### REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DICCIONÁRIO DE FILOSOFIA. Moscou: Editorial Progreso, 1984.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.